

FÓRUM PAULO FREIRE

I Encontro Internacional

São Paulo, 28-30 de abril de 1998

FPI. OFF. CE. 018

**DENÚNCIA,  
ANÚNCIO,  
PROFECIA,  
UTOPIA E  
SONHO**

*Paulo Freire*

BRASIL,

SENADO FEDERAL

**"O LIVRO DA PROFECIA: O Brasil no Terceiro Milênio"**, Brasília, Coleção

Senado, v.1, 1997.

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de "emersão" do hoje, "molhados" do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomamos justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética. Ou também alentados por testemunhos de gratuita amorosidade à vida, que fortalecem, em nós, a necessária, mas às vezes combalida esperança. A própria ética do mercado, sob cujo império vivemos tão dramaticamente neste fim de século é, em si, uma das afrontosas transgressões da ética universal do ser humano. Perversa pela própria natureza, nenhum esforço no sentido de diminuir ou amenizar sua malvadez a alcança. Ela não suporta melhorias. No momento em que fosse amainada sua frieza ou indiferença pelos interesses humanos legítimos dos desvalidos, o de ser, o de viver dignamente, o de amar, o de estudar, o de ler o mundo e a palavra, o de superar o medo, o de crer, o de repousar, o de sonhar, o de fazer coisas, o de perguntar, o de escolher, o de dizer *não*, na hora apropriada, na perspectiva de permanentemente *sim* à vida, já não seria *ética do mercado*. Ética do lucro, a cujos interesses mulheres e homens devemos nos submeter, de formas contraditoriamente diferentes: os ricos e dominantes, gozando; os pobres e submetidos, sofrendo.

Pensar o amanhã é assim fazer profecia, mas o profeta não é um velho de barbas longas e brancas, de olhos abertos e vivos, de cajado na mão, pouco preocupado com suas vestes, discursando palavras alucinadas. Pelo contrário, o profeta é o que, fundado no que vive, no que vê, no que escuta, no que percebe, no que entende, a raiz do exercício de sua curiosidade epistemológica, atento aos sinais que procura compreender, apoiado na leitura do mundo e das palavras, antigas e novas.

à base de quanto e de como se expõe, tornando-se assim cada vez mais uma presença no mundo à altura de seu tempo, fala, quase adivinhando, na verdade, intuindo, do que pode ocorrer nesta ou naquela dimensão de experiência histórico-social. Por outro lado, quanto mais se aceleram os avanços tecnológicos e a ciência esclarece as razões de velhos e insondáveis assombros nossos, tanto menor é a província histórica a ser objeto do pensamento profético. Não creio na possibilidade de um Nostradamus atual.

A exigência fundamental a que o pensamento profético deve atender e a que me referi no começo destas reflexões é a de que se constitua na intimidade do hoje a partir do qual tenta se exercer.

E deste hoje faz parte a maior ou menor intensidade com que os avanços tecnológicos e o desvelamento científico do mundo vêm se dando. Faz parte também de um tal pensamento a compreensão da natureza humana que tenha o sujeito que profetiza.

Para mim, ao repensar nos dados concretos da realidade, sendo vivida, o pensamento profético, que é também utópico, implica a *denúncia* de como estamos vivendo e o *anúncio* de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, *denunciando-a*, *anuncia* um mundo melhor. Para mim, um das bonitezas do anúncio profético está em que não anuncia o que virá necessariamente, mas o que pode vir, ou não. O seu não é um anúncio fatalista ou determinista. Na real profecia, o futuro não é inexorável, é problemático. Há diferentes possibilidades de futuro. Reinsisto em não ser possível *anúncio* sem *denúncia* e ambos sem o ensaio de uma certa posição em face do que *está* ou *vem sendo* o ser humano. O importante, penso, é que este ensaio seja em torno de uma ontologia social e histórica. Ontologia que, aceitando ou postulando a natureza humana como necessária e inevitável não a entende como uma *a priori* da História. A natureza humana se constitui social e historicamente.

Na verdade, não pode faltar ao discurso profético a dimensão da *denúncia*, o que o reduziria ao discurso da cigana

ou ao da *cartomante*. Implicitando a análise crítica do presente e *denunciando* as transgressões aos valores humanos, o discurso profético *anuncia* o que poderá vir. Tanto o que poderá vir se retificações forem feitas nas políticas que foram denunciadas quanto o que pode ocorrer se, pelo contrário, tais políticas se mantiverem.

Contra qualquer tipo de fatalismo, o discurso profético insiste no direito que tem o ser humano de comparecer à História não apenas como seu objeto, mas também como sujeito. O ser humano é, naturalmente, um ser da intervenção no mundo à razão de que faz a História. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto.

Inacabado como todo ser vivo – a inconclusão faz parte da experiência vital – o ser humano se tornou, contudo, capaz de reconhecer-se como tal. A consciência do inacabamento o insere num permanente movimento de busca a que se junta, necessariamente, à capacidade de intervenção no mundo, mero *suporte* para os outros animais. Só o ser inacabado, mas que chega a saber-se inacabado, faz a história em que socialmente se faz e se refaz. O ser inacabado, porém, que não se sabe assim, que apenas contacta o seu suporte, tem história, mas não a faz. O ser humano que, fazendo história, nela se faz, conta não só a sua, mas também a dos que apenas a têm.

Uma das diferenças fundamentais entre o ser que intervém no mundo e o que puramente *mexe* no *suporte* é que, enquanto o segundo se adapta ou se acomoda ao suporte, o primeiro tem na *adaptação* um momento apenas do processo de sua permanente busca de *inserção* no mundo. Adaptando-se à realidade objetiva, o ser humano se prepara para transformá-la. No fundo, esta "vocação" para a mudança, para a intervenção no mundo, caracteriza o ser humano como *projeto*, da mesma forma que sua intervenção no mundo envolve uma *curiosidade* em constante disponibilidade para, refinando-se, alcançar a razão de ser das coisas. Esta vocação para a intervenção demanda um certo saber do contexto com o qual o ser *relaciona* ao relacionar-se com os outros seres humanos e ao qual não puramente *contacta* como fazem os outros animais com o seu suporte. Demanda igualmente objetivos, como uma

certa maneira de intervir ou de atuar que implica uma outra prática: a de avaliar a intervenção.

Seria uma contradição se, inconcluso e consciente da inconclusão, o ser humano, histórico, não se tornasse um ser da busca. Aí radicam, de um lado, a sua educabilidade; de outro, a esperança como estado de espírito que lhe é natural. Toda procura gera a esperança de achar e ninguém é esperançoso por teimosia. É por isso também que a educação é permanente. Como não se dá no vazio, mas num tempo-espaço ou num tempo que implica espaço e num espaço temporalizado, a educação, embora fenômeno humano universal, varia de tempo-espaço a tempo-espaço. A educação tem historicidade. O que se fez na Grécia antiga não é exatamente o que se fez na Roma também antiga. Assim também não poderia ter sido repetida no medievo europeu o que se fez com a Areté heróica na velha Grécia. Da mesma forma, novas propostas pedagógicas se fazem necessárias indispensáveis e urgentes à pós-modernidade tocada a cada instante pelos avanços tecnológicos. Na era da computação não podemos continuar parados, fixados no discurso verbalista, sonoro, que faz o perfil do *objeto* para que seja *aprendido* pelo aluno sem que tenha sido por ele *apreendido*. Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes mulheres e homens ao longo da longa história que, feita por nós, a nós nos faz e refaz, é a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repeti-lo, ou reproduzi-lo. O João-de-barro faz o mesmo ninho com a mesma perfeição de sempre. Sua "engenhosidade" no fazer o ninho se acha na espécie e não no indivíduo João de Barro, este ou aquele, mais ou menos enamorado de sua parceira. Entre nós, mulheres e homens, não. O ponto de decisão do que fazemos se deslocou da espécie para os indivíduos e nós indivíduos estamos sendo o que herdamos genética e culturalmente. Tornamo-nos seres condicionados e não determinados. É exatamente porque somos condicionados e não determinados que somos seres da decisão e da ruptura. E a *responsabilidade* se tornou uma exigência fundamental da liberdade. Se fôssemos determinados, não importa por quê, pela raça, pela cultura, pela classe, pelo gênero, não tínhamos como falar em liberdade, decisão, ética, responsabilidade. Não seríamos edu-

cáveis, mas adestráveis. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio.

Foi a impossibilidade de ir mais além dos fatores determinantes, de superá-los, que nos tornou seres condicionados. E só se vai mais além dos fatores determinantes, o que os transforma em fatores condicionantes, se se ganha a consciência deles e de sua força. Mesmo que isto não seja suficiente.

Não haveria como falar em liberdade sem a consciência da determinação que se torna assim condicionamento. Creio que este é um dos princípios da eficácia psicoterápica.

Advirtamo-nos de que, anulando a importância da consciência ou da subjetividade na História, reduzida a consciência então a puro reflexo da materialidade, as concepções mecanicistas da História e da consciência se concretizam em funções inviabilizadoras de educação. Decretam a inexorabilidade do futuro que implica necessariamente a morte do sonho e da utopia. A educação vira treinamento, quase adestramento, no uso de técnicas.

Tornando-nos capazes de *inteligir* o mundo de comunicar o *inteligido*, de observar, de comparar, de decidir, de romper, de escolher, de valorar, nos fizemos seres éticos. Por isso, também, capazes de transgredir a ética. Na verdade, só o ser que *eticisa* pode negar a ética. É por isso que uma de nossas brigas fundamentais é da preservação da ética, é a de sua defesa contra a possibilidade de sua transgressão. E é por isso também que à briga contra as concepções e as práticas mecanicistas que inferiorizam o nosso papel no mundo devemos nos entregar com a clareza filosófica indispensável à prática política de quem se sabe mais, muito mais, do que pura pedra no jogo de regras já feitas.

É pela reflexão em torno desta dimensão de nossa presença política e humana no mundo que gostaria de começar a análise de alguns dos desafios que nos instigam hoje e se alongarão pelos começos do século que vem. Análise em que, vez ou outra, voltarei a algum ponto já tocado, mas, espero, com que não cansarei o leitor.

A ordem em que falarei destes desafios não sugere importância maior ou menor de cada um deles. É apenas a ordem em que estão vindo a mim ou a em que estarei indo a eles.

### **A negação atual do sonho e da utopia e a briga por eles, agora e no começo do século que vem**

Vem sendo uma das conotações fortes do discurso neoliberal e de sua prática educativa no Brasil e fora dele, a recusa sistemática do sonho e da utopia, o que sacrifica necessariamente a esperança. A propalada morte do sonho e da utopia, que ameaça a vida da esperança, termina por despolitizar a prática educativa, ferindo a própria natureza humana.

A morte do sonho e da utopia, prolongamento conseqüente da morte da História, implica a imobilização da História na redução do futuro à permanência do presente. O presente "vitorioso" do neoliberalismo é o futuro a que nos adaptaremos. Ao mesmo tempo em que este discurso fala da morte, do sonho e da utopia e desproblematiza o futuro, se afirma como um discurso fatalista. "O desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século". "É uma pena que haja tanta miséria no Brasil. A realidade porém é assim mesmo. Que fazer?" Nenhuma realidade é assim porque assim tem de ser. Está sendo assim porque interesses fortes de quem tem poder a fazem assim.

Reconhecer que o sistema atual não inclui a todos, não basta. É necessário precisamente por causa deste reconhecimento lutar contra ele e não assumir a posição fatalista forjada pelo próprio sistema e de acordo com a qual "nada há que fazer, a realidade é assim mesmo".

Se o sonho morreu e a utopia também, a prática educativa nada mais tem que ver com a denúncia da realidade malvada e o anúncio da realidade menos feia, mais humana. Cabe à educação como prática rigorosamente pragmática – não no sentido deweyano – treinar os educandos no uso de técnicas e princípios científicos. Treiná-los, nada mais. O pragmatismo neoliberal não tem nada que ver com formação.

É neste sentido que se tem apregoadado, ideologicamente também, que a pedagogia crítica já era; que o esforço da conscientização é uma velharia suburbana. Sem sonho e sem utopia, sem denúncia e sem anúncio, só resta o treinamento técnico a que a educação é reduzida.

Em nome da natureza humana, de que tanto falei, me rebelo contra esse "pragmatismo" amesquinizador e afirmo a prática educativa que, coerente com o ser que estamos sendo, desafia a nossa curiosidade crítica e estimula o nosso papel de sujeito do conhecimento e da reinvenção do mundo. Esta, no meu entender, é a prática educativa que vem sendo exigida pelos avanços tecnológicos que caracterizam o nosso tempo.

Despolitizando a educação e reduzindo-a ao treino, de destrezas a ideologia e a política neoliberais terminam por gerar uma prática educativa que *contradiz* ou obstaculiza uma das exigências fundamentais do próprio avanço tecnológico. A de como preparar sujeitos críticos capazes de responder com presteza a eficácia a desafios inesperados e diversificados. Na verdade, o *treinamento* estreito, tecnicista, habilita o educando a repetir determinados comportamentos. O de que precisamos, contudo, é algo mais do que isto. Precisamos, na verdade, de saber técnico real, com o qual respondamos a desafios tecnológicos. Saber que se sabe compondo um universo maior de saberes. Saber que não estranha legítimas perguntas a ser feitas em torno dele: em favor de que ou de quem; contra que ou contra quem é usado. Saber que não se reconhece indiferente à ética e à política, mas não à ética do mercado ou à política desta ética. O de que precisamos é a capacidade de ir mais além de comportamentos esperados, é contar com a curiosidade crítica do sujeito sem a qual a invenção e a reinvenção das coisas se dificultam. O de que necessitamos é o desafio à capacidade criadora e à curiosidade que nos caracterizam como seres humanos e não deixá-las entregues ou quase entregues a si mesmas. Pior ainda: dificultar o seu exercício ou atrofiá-las com uma prática educativa que as inibe. É neste sentido que o ideal para uma opção político-conservadora é a prática educativa, que "treinando" tanto quanto possível a curiosidade do educando no domínio técnico, ingenuize ao

máximo sua consciência quanto à sua forma de estar sendo na *polis*. Eficácia técnica, ineficácia cidadã. Eficácia técnica e ineficácia cidadã a serviço da minoria dominante.

### **A História como determinação, o futuro como um dado inexorável versus a História como possibilidade, o futuro problematizado**

Estar no mundo, para nós, mulheres e homens, significa estar com ele e com os outros, agindo, falando, pensando, refletindo, meditando, buscando, *inteligindo*, comunicando o *inteligido*, sonhando e referindo sempre a um amanhã, comparando, valorando, decidindo, transgredindo princípios, encarando-os, rompendo, optando, crendo ou fechados às crenças. O que não é possível é estar no mundo, com o mundo e com os outros, indiferentes a uma certa compreensão de por que fazemos o que fazemos, de a favor de que e de quem fazemos, de contra que e contra quem fazemos o que fazemos. O que não é possível é estar no mundo, com o mundo e com os outros, sem estar tocados por uma certa compreensão de nossa própria presença no mundo. Vale dizer, sem uma certa inteligência da História e de nosso papel nela.

Estou certo, à luz de como vimos nos experimentando hoje, ora marcados por uma compreensão preponderantemente ingênua da História e de nosso mover-nos nela, cujo princípio fundamental é o *destino* ou o fado, ora submetidos à ideologia não menos fatalista embutida no discurso neoliberal, de acordo com a qual mudar é sempre difícil, quase impossível, se a mudança se acha em favor dos pobres, porque a realidade é assim mesmo, de que, numa perspectiva democrática e coerente com a natureza humana, o empenho a ser intensamente vivido por nós deve ser em favor de uma concepção da História como *possibilidade*. Na História como possibilidade não há lugar para o futuro inexorável. Pelo contrário, ele é sempre problemático.

Sublinhe-se ainda que a inteligência da História como *possibilidade* implica reconhecer ou constatar a importância da consciência no processo de conhecer, de intervir no mun-

do. A História como tempo de *possibilidade* pressupõe a capacidade do ser humano de observar, de conhecer, de comparar, de avaliar, de decidir, de romper, de ser responsável. De ser ético, assim como de transgredir a própria ética. Não é possível educar para a democracia, para a liberdade, para a responsabilidade ética na perspectiva de uma concepção determinista da História.

Não é possível, por outro lado, educar para a democracia ou experimentá-la sem o exercício crítico de reconhecer o sentido real das ações, das propostas, dos projetos sem a indagação em torno da possibilidade comprovável de realização das promessas feitas sem se perguntar sobre a real importância que tem a obra anunciada ou prometida para a população como uma totalidade bem como para cortes sociais da população.

Afinal, a favor de que projeto de cidade esta ou aquela obra trabalha. É este um projeto modernizante que exclui mais do que inclui setores desvalidos da população? É um projeto que, mesmo necessário à cidade, não se constitui como uma prioridade urgente em face da indigência em que se acham áreas sociais da cidade? É o caso, por exemplo, de túnel a ser construído ligando um bairro rico e embelezado a outro bairro igualmente bonito e bem tratado. Mas, que fazer nas áreas periféricas da mesma cidade, carentes de esgoto, de água, de praças, de transporte, de escolas? Os partidos progressistas não podem calar diante disto. Os partidos progressistas não podem emudecer, renunciando sua tarefa de dizer a palavra utópica, palavra que denuncia e anuncia. E não porque tenham raiva incontida dos chamados bem nascidos, mas porque faz parte de sua própria natureza a briga contra as injustiças.

O debate em torno do que representa de injusto certa "política do fazer" é tão necessariamente ideológico quanto a prática de fazer coisas. Nenhum administrador se acha intocado de preferências ideológicas e políticas, angelicalmente bem comportado quando prefere construir um túnel ligando um bairro rico a outro de sua cidade em lugar, por exemplo, de um jardim arborizado e acolhedor ou uma escola numa

área periférica da cidade. Não me convencem as análises políticas que afirmam a mudança de comportamento político das classes populares ou dos eleitores em geral, recusando, dizem, os blá-blá-blás ideológicos e apoiando as políticas de fazer coisas. Em primeiro lugar, o tipo de análise ideológico e político a que me referi antes deve continuar a ser feito. Haverá, por exemplo, discurso mais ideológico do que o de certo homem público que, sem nenhuma indecisão, declarou: "Faço obras nas áreas da cidade que pagam impostos" como se as populações discriminadas da periferia não pagassem impostos e desvessem ser punidas pelo poder público, por serem pobres e feias.

Minha posição é a seguinte: mesmo que esta modificação no comportamento político estivesse sendo comprovada, a posição político-pedagógica dos partidos progressistas deveria insistir na análise de a quem mais servem as obras dos que repousam sua propaganda no que fazem. O fato de fazerem não isenta quem faz da análise crítica do que fez, de por que fez, para quem, a favor de quem, por quanto fez, etc. A questão fundamental na prática política não é o puro fazer coisas, mas em favor de que e de quem fazer coisas, que implica, em certo sentido, contra quem fazer coisas.

Como não é possível separar política de educação, o ato político é pedagógico e o pedagógico é político, os partidos progressistas, interessados na desocultação de verdades, precisam jogar-se, até quixotesicamente, no esclarecimento de que nenhum túnel, nenhum viaduto, nenhuma alameda, nenhuma praça, se explica por si mesmos ou por si próprios. Enquanto experiência pedagógica, o ato político não pode reduzir-se a um processo utilitário, interesseiro, imediatista. É preferível, às vezes, perder uma eleição, mas continuar fiel a princípios fundamentais e coerentes com os sonhos proclamados.

O de que os partidos progressistas precisam em lugar de arquivar sua tarefa utópica de discutir esperançadamente a razão de ser das coisas, é aprender com o próprio povo como melhor se comunicar com ele. Como melhor comunicar a ele a *inteligência* que fazem ou que estão tendo de seu tempo e de seu espaço.

Como um educador progressista nem posso perder-me em discursos descontextualizados, agressivos, inoperantes, autoritários e elitistas, nem tampouco acomodar-me a apreciações populares indiscutivelmente erradas como: "rouba mas faz". Nem posso achar que o povo é ingrato porque não votou em quem me parecia melhor nem afirmar ou aplaudir seu acerto, tomando-o como modelo de minha retificação político-ideológica. Respeito o povo na sua escolha, mas continuo na minha luta contra a falsificação da verdade.

Considerar a análise da política de fazer coisas - viadutos, túneis, avenidas - e a indagação de a favor de que e de quem, contra que e contra quem se fazem as coisas como blá-blá-blás inoperantes e esquerdistas tem a mesma natureza ideológica do discurso neoliberal que, negando o sonho e a utopia, e despolitizando a educação, a reduz a puro treinamento tecnicista.

Para mim, por mais que se apregoe hoje que a educação nada mais tem que ver com o sonho, mas com o treinamento técnico dos educandos, continua de pé a necessidade de insistirmos nos sonhos e na utopia. Mulheres e homens, nos tornamos mais do que puros aparatos a serem treinados ou adestrados. Nos tornamos seres da opção, da decisão, da intervenção no mundo. Seres da responsabilidade.

### **Ética do mercado versus ética universal do ser humano**

Valemos tanto quanto esteja sendo ou possa ser o nosso poder de compra. Tanto menos poder de compra quanto menos poder ou crédito tem nossa palavra. As leis do mercado sob cujo império nos achamos estabelecem, com rigor, o lucro como seu objetivo precípua e irrecusável. E o lucro sem limites, sem condições restritivas à sua produção. O único freio ao lucro é o lucro mesmo ou o medo de perdê-lo.

Discurso que sequer poderia ser considerado ridículo por aplicadores no mercado financeiro internacional porque absolutamente ininteligível, seria o que falasse a eles e a elas dos riscos a que sua especulação desenfreada expõe economias

desarmadas ou menos protegidas. Menos inteligível ainda se tornaria o discurso se seu sujeito se alongasse em considerações que, ultrapassando a estreita e perversa ética do mercado e do lucro, falasse na defesa da ética universal do ser humano.

Se alguma resposta o discurso humanista provocasse seria em torno da existência concreta de uma tal ética ou não. O sujeito do discurso seria considerado um romântico, um visionário, idealista inconformado com o rigor da objetividade.

De fato, o discurso fatalista que diz: "A realidade é assim mesmo, que fazer?", decretando a impotência humana, sugere-nos a paciência e a astúcia para melhor nos acomodar à vida como realidade intocável. No fundo, é o discurso da compreensão da História como determinação. A globalização tal qual está aí é inexorável. Não há o que fazer contra ela se não esperar, quase magicamente, que a democracia, que ela vem arruinando, se refaça em tempo de deter sua ação destruidora.

Na verdade, porém, faz tão parte do domínio da ética universal do ser humano a luta em favor dos famintos e destrocados nordestinos, vítimas não só das secas, mas, sobretudo, da malvadez, da gulodice, da insensatez dos poderosos, quanto a briga em favor dos direitos humanos, onde quer que ela se trave. Do direito de ir e vir, do direito de comer, de vestir, de dizer a palavra, de amar, de escolher, de estudar, de trabalhar. Do direito de crer e de não crer, do direito à segurança e à paz.

Uma das certezas de que me acho certo, hoje, é que, se, realmente, queremos superar os desequilíbrios entre Norte e Sul, entre poder e fragilidade, entre economias fortes e economias fracas, não podemos prescindir da ética, mas, obviamente, não da ética do mercado.

Para a busca de uma tal ampla e profunda superação necessitamos de outros valores que não se gestam nas estruturas forjadoras do lucro sem freio, da visão individualista do mundo, do salve-se-quem-puder. A questão que se coloca, numa perspectiva que não seja de um lado, idealista, de

outro, mecanicista, é como viver e experimentar, por exemplo, a solidariedade sem a qual não há a superação do lucro sem controle, na dependência apenas do medo de perdê-lo.

Recuso, como pura ideologia, a afirmação, tantas vezes neste texto criticada, de que a miséria é uma fatalidade do fim do século. A miséria na opulência é a expressão da malvadez de uma economia construída de acordo com a ética do mercado, do vale-tudo, do salve-se-quem-puder, do cada-um-por-si.

Um bilhão de desempregados no mundo, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho. É muita fatalidade!

Se o mundo aspira a algo diferente como, por exemplo, entregar-se à façanha de viver uma província da História menos feia, mais plenamente humana, em que o gosto da vida não seja uma frase-feita, não outro caminho, mas a reinvenção de si mesmo que passa pela necessária superação da economia do mercado.

### **A questão da violência**

A questão da violência não só física, direta, mas sub-reptícia, simbólica, violência e fome, violência e interesses econômicos das grandes potências, violência e religião, violência e política, violência e racismo, violência e sexismo, violência e classes sociais.

A luta pela paz, que não significa a luta pela abolição, sequer pela negação dos conflitos, mas pela confrontação justa, crítica dos mesmos e a procura de soluções corretas para eles é uma exigência imperiosa de nossa época. A paz, porém, não precede a justiça. Por isso a melhor maneira de falar pela paz é fazer justiça.

Ninguém domina ninguém, ninguém rouba ninguém, ninguém discrimina ninguém, ninguém destrata ninguém sem ser legalmente punido. Nem os indivíduos, nem os povos, nem as culturas, nem as civilizações. A nossa utopia, a nossa sanidade é a criação de um mundo em que o poder se assente de tal maneira na ética que, sem ela, se esfacle e não sobreviva.

Em um tal mundo a grande tarefa do poder político é garantir as liberdades, os direitos e os deveres, a justiça, e não respaldar o arbítrio de uns poucos contra a debilidade das maiorias. Assim como não podemos aceitar o que venho chamando "fatalismo libertador", que implica o futuro desproblematizado, o futuro inexorável, não podemos igualmente aceitar a dominação como fatalidade. Ninguém me pode afirmar categoricamente que um mundo assim, feito de utopias, jamais será construído. Este é, afinal, o sonho substantivamente democrático a que aspiramos, se coerentemente progressistas. Sonhar com este mundo, porém, não basta para que ele se concretize. Precisamos de lutar incessantemente para construí-lo.

Seria horrível se tivéssemos a sensibilidade da dor, da fome, da injustiça, da ameaça, sem nenhuma possibilidade de captar a ou as razões da negatividade. Seria horrível se apenas sentíssemos a opressão, mas não pudéssemos imaginar um mundo diferente, sonhar com ele como projeto e nos entregar à luta por sua construção. Nos fizemos mulheres e homens experimentando-nos no jogo destas tramas. Não somos, estamos sendo. A liberdade não se recebe de presente, é bem que se enriquece na luta por ele, na busca permanente, na medida mesma em que não há vida sem a presença, por mínima que seja, de liberdade. Mas apesar de a vida, em si, implicar a liberdade, isto não significa, de modo algum, que a tenhamos gratuitamente. Os inimigos da vida a ameaçam constantemente. Precisamos, por isso, lutar, ora para mantê-la, ora para reconquistá-la, ora para ampliá-la. De qualquer maneira, porém, não creio que o núcleo fundamental da vida, a liberdade e o medo de perdê-la, possa ser jamais supresso. Ameaçado, sim. Da vida entendida na totalidade da extensão do conceito e não só vida humana, vida que, implicando a liberdade como movimento ou permanente busca, implica também cuidado ou medo de perdê-la. Liberdade e medo de perder a vida engendrando-se num núcleo mais fundo, indispensável à vida, o da comunicação. Neste sentido me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do ar, das águas, dos campos, devastadora das matas. Destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves.

Em certo momento de *O Capital*, discutindo o trabalho humano em face do trabalho do outro animal, diz Marx que nenhuma abelha se compara ao mais "acanhado" mestre-de-obras. É que o ser humano antes mesmo de produzir o objeto tem a capacidade de ideá-lo. Antes de fazer a mesa, o operário a tem desenhada na "cabeça".

Esta capacidade inventiva que implica a comunicativa existe em todos os níveis da experiência vital. Os seres humanos, porém, conotam sua atividade criativa e comunicante de marcas exclusivamente suas. A comunicação existe na vida, mas a comunicação humana se processa também e de forma especial na existência, uma das invenções do ser humano.

Da mesma forma como o operário tem na cabeça o desenho do que vai produzir em sua oficina, nós, mulheres e homens, como tais, operários ou arquitetos, médicos ou engenheiros, físicos ou professores, temos também na cabeça, mais ou menos, o desenho do mundo em que gostaríamos de viver. Isto é a utopia ou o sonho que nos instiga a lutar.

O sonho de um mundo melhor nasce das entranhas de seu contrário. Por isso corremos o risco de tanto idealizarmos o mundo melhor, desgarrando-nos do nosso concreto, quanto o de, demasiado "aderidos" ao mundo concreto, submergirmos no imobilismo fatalista.

Ambas posições são alienadas. A posição crítica é a em que, tomando distância epistemológica da concretude em que estou, com o que a conheço melhor, descubro que a única forma de dela sair está na concretização do sonho, que vira, então, nova concretude. Por isso, aceitar o sonho do mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de criá-lo. Processo de luta profundamente ancorado na ética. De luta contra qualquer tipo de violência. De violência contra a vida das árvores, dos rios, dos peixes, das montanhas, das cidades, das marcas físicas de memórias culturais e históricas. De violência contra os fracos, os indefesos, contra as minorias ofendidas. De violência contra os discriminados não importa a razão da discriminação. De luta contra a impunidade que estimula no momento entre nós o crime, o abuso, o desrespeito aos mais fracos, o desrespeito ostensivo à vida. Vida que, na de-

esperada e trágica forma de estar sendo de certa faixa da população, se continua ainda sendo um valor, é um valor sem estimação. É algo com que se joga por um tempo qualquer de que só o acaso fala. Vive-se apenas enquanto não morto se pode provocar a vida.

Luta contra o desrespeito à coisa pública, contra a mentira, contra a falta de escrúpulo. E tudo isso, com momentos, apenas, de desencanto, mas sem jamais perder a esperança. Não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertençamos, urge lutar com esperança e denodo.

## CONCILIAÇÃO OU RUPTURA

*Paulo Mercadante*